



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E NORMAS  
PROCESSO Nº: E-03/202.404/2005  
INTERESSADO: ALBERTO CARLOS OSÓRIO DIAS

**PARECER CEE Nº 059/2006**

Indefere o pedido de **Alberto Carlos Osório Dias** de averbação de título profissional de Diploma de Técnico em Patologia Clínica.

**HISTÓRICO**

O **Sr. Alberto Carlos Osório Dias**, carteira de identidade nº 06266125-1 - Instituto Félix Pacheco, vem a este Conselho solicitar a averbação do título profissional de Técnico de Patologia Clínica.

Entretanto observa-se que:

1. Em 1981, o requerente conclui o Curso de Auxiliar Técnico em Patologia Clínica no Colégio Princesa Isabel Redentora, na cidade do Rio de Janeiro (fl.04). Fundamentado na Lei nº 5.692/1971.
2. A Portaria de autorização, do antigo do Departamento de Educação, corresponde ao nº 1567/ECDAT, de 17/02/1981, determinando o funcionamento nas seguintes modalidades:
  - Ensino Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus, com as seguintes habilitações:
    - a) Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas;
    - b) Auxiliar de Patologia Clínica.

Foi verificada a autenticidade dos documentos apostilados pela Inspeção Escolar.

O Requerente diz que tal pedido se deve ao fato de ter sido aprovado em concurso público do Ministério de Saúde em 2005.

A Lei 5692/1971, em seu Artigo 1º, transcreve a filosofia e finalidade da Lei:

"O ensino de 1º e 2º graus têm por objetivo geral proporcionar ao educador formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

"O Conselho Federal de Educação regulamentou a Lei nº 5692/71 através do Parecer nº 45/72 que regulamenta a qualificação para o trabalho em ensino de 2º grau. Em seu item 7.2 informa a carga horária mínima para se obter as diversas modalidades de habilitação (Doc. fls. 01 até fls.03).

- **Para a habilitação de Técnicos do Setor Primário**  
Mínimo de 2.900 horas nas quais se incluam pelo menos 1.200 horas de conteúdo profissionalizante, além da necessária complementação da prática em projetos da especialidade, com supervisão da escola.
- **Para a habilitação de Técnicos do Setor Secundário**  
Mínimo de 2.900 horas, nas quais se incluam pelo menos 1.200 horas de conteúdo profissionalizante, com a necessária complementação do exercício profissional orientado pela escola.

- **Para a habilitação dos Técnicos do Setor Terciário**  
Mínimo de 2.200 horas, nas quais se incluíam pelo menos 900 horas de conteúdo profissionalizante.
- **Para outras habilitações profissionais em nível de 2º grau**  
Mínimo de 2.200 horas, nas quais se incluíam pelo menos 300 horas de conteúdo profissionalizante.”

Verifica-se, portanto, que o requerente cursou modalidade de profissionalizante do setor terciário de economia com carga horária de profissionalização de 450 horas/aula (quatrocentos e cinquenta horas de aula ) e 2.610 horas/aula (duas mil e seiscentas e dez horas/ aula) em ensino de 2º Grau. Tal carga horária era insuficiente, à época, para obtenção do diploma do Curso Técnico em Patologia Clínica.

Não há relação suficiente da carga horária com a pretensão do requerente e o mesmo não cursou o referido curso técnico em face do plano e curso apresentado.

#### **VOTO DO RELATOR**

Voto pelo **indeferimento** em face da inconsistência do pedido, confirmada pelos documentos apresentados.

**É o Parecer**

#### **CONCLUSÃO DA CÂMARA**

A Comissão Permanente de Legislação e Normas acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2006.

**Magno de Aguiar Maranhão** – Presidente  
**Marco Antonio Lucidi** - Relator  
**Esmeralda Bussade**  
**Francisca Jeanice Moreira Pretzel**  
**Jesus Hortal Sánchez**  
**José Carlos Mendes Martins** - *ad hoc*

#### **CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

Sala das Sessões, no Rio de Janeiro, em 20 de junho de 2006.

**Roberto Guimarães Boclin**  
**Presidente**

Homologado em ato de 30/06/2006

Publicado em 05/07/2006 Pág. 14